

6260 Terça-feira 5

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

JANEIRO de 1988

rede de serviços bancários, é porque ali a vida sócio-económica é dinâmica.

A réciproca também é verdadeira; se o Banco não se faz presente, a comunidade fica sem condições de dinamizar o seu potencial, obrigada a enormes sacrifícios no seu simples cotidiano.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, trago a esta tribuna um apelo veemente ao Presidente da República para que autorize a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Maracaju — Godofredo Viana, no Estado do Maranhão.

O Banco do Brasil, instituição do mais elevado sentido social, tem levado a indispensável oportunidade de progresso aos mais afastados pontos do País, sem, contudo, ter alcançado ainda Maracaju, em Godofredo Viana.

A ausência, ali, de uma agência do Banco do Brasil, ao mesmo tempo em que obriga a população, inclusive aposentados quando do recebimento de seus proventos, a sacrifícios inconcebíveis, impede a dinamização da economia local.

As alternativas de acesso ao Banco do Brasil são todas difíceis: ou se vai a Santa Inês, no Maranhão, a 262 quilômetros, ou se tem de valer-se de Bragança, no Pará, para isso devendo atravessar a fronteira estadual.

A população residente no trecho Bom-Jardim/Boa Vista do Gurupi, na BR-316, encontra-se, portanto, completamente desassistida em termos de estímulo ao seu desenvolvimento regional.

A agência em reivindicação, como se vê, constitui fator indispensável ao progresso sócio-económico da população residente.

O povo de Maracaju — Godofredo Viana aguarda, confiante, a autorização presidencial para contar com o Banco do Brasil na promoção de seu progresso e bem-estar.

Durante o discurso do Sr. Costa Ferreira o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRÉSIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

O breve recesso parlamentar, resultante dos festejos de fim de ano, permitiu a todos nós um retorno às bases e um reencontro com as grandes e legítimas aspirações do povo brasileiro. E o que se vê, Sr. Presidente, é um povo frustado, vergastado por uma inflação incontrolável, pela violência do custo de vida que erode violentamente os salários minguados daqueles brasileiros que conseguem trabalhar. O que se vê, Sr. Presidente, é o agricultor na expectativa de que o Governo afinal implante uma política agrícola voltada para o setor, capaz de contemplar pequenos e médios proprietários sobretudo, com os instrumentos do progresso social e do desenvolvimento econômico. O que se vê, Sr. Presidente, é um povo descrente, desesperançado, angustiado e à beira da revolta diante da insensibilidade, da incompetência e da irresponsabilidade de quem, sendo Governo, não resgatou, até hoje, sequer 1% dos compromissos formalmente assumidos com a sociedade brasileira.

Apesar das sombrias perspectivas de analistas da área econômica, social e política, apesar deste quadro angustiante, sou dos que crêem no Brasil, porque acreditam no seu povo. E esta Assembléia Nacional Constituinte tem um compromisso que precisa honrar urgentemente.

O que quer o povo? — Um texto constitucional que seja síntese e reflexo da vontade nacional; um texto constitucional que contele os direitos até aqui espezinhados e subtraídos do trabalhador urbano e rural; um texto que autorize o trabalhador a ter a certeza de que, apesar das cólicas hepáticas de seu patrão, cuja fortuna engorda à medida que empobrece quem trabalha, não correrá o risco de ser despedido; um texto que garanta o direito de greve àqueles que pleiteiam melhores condições de trabalho e salários mais justos; um texto que permita o avanço da reforma agrária, de tal modo que seja possível redimir o homem do campo, fixando-o à terra e dando-lhe condições para dela retirar o seu sustento e o sustento dos milhões de bocas que neste País passam fome.

Não serão as forças retrógradas comprometidas com a extrema direita — tenham o nome que tiverem — que irão impedir esses avanços da sociedade brasileira na Assembléia Nacional Constituinte. Se todos nós tivermos dignidade, se honrarmos o mandato popular que receberemos nas eleições passadas, temos o dever e a obrigação de escrever um texto que legitime os direitos da classe trabalhadora, dos assalariados, dos camponeses sem terra, da dona-de-casa, dos milhões de crianças que perambulam pelas ruas das pequenas, médias e grandes cidades, em procissões dolorosas, percorrendo as latais de lixo em busca de um inatingível pedaço de pão. Se tivermos dignidade e vergonha na cara, rejeitaremos todas as ameaças que a extrema direita tenta arquitetar contra os direitos do trabalhador. Se tivermos dignidade, Sr. Presidente, haveremos de concluir os nossos trabalhos em tempo hábil a fim de que não fiquem prejudicadas as eleições municipais e de modo que a sociedade seja ouvida no seu clamor cotidiano, de que quer eleições presidenciais este ano, para ela própria, através do veredito das urnas, escolher o seu governante, um governante que tenha compromissos com o povo, com a História e com o futuro deste País.

O que não pode continuar acontecendo, Sr. Presidente, é este lamentável espetáculo, retratado em vários jornais do interior do Rio Grande do Sul, onde empresários, oficialmente, em nome não sei de quê, percorrem os bancos, as grandes empresas, pedindo, — como está aqui, 30 mil cruzados para alimentar **lobbies** que vêm aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, tentar interromper os avanços sociais e econômicos deste País.

Isto aqui Sr. presidente, pode ser um direito, mas não deixa de ser uma afronta aos bons costumes políticos, à própria consciência nacional, na medida em que se arrecada dinheiro para se estabelecerem **lobbies** contrários aos interesses e aos direitos do trabalhador. O julgamento da História não se deterá, nenhuma força, mesmo que use as armas compradas com os impostos escorchantes que o povo paga, nenhuma força será capaz de deter a marcha da História e o julgamento daqueles que traíram e apunhalaram o povo brasileiro. Eles sentarão no banco dos réus e a sua sentença será dura, porque a História

não perdoa os covardes e os pusilâmines, aqueles que traem o povo, embora acerrem para eles, em épocas eleitorais, com fartas promessas de fecundo trabalho em benefício da maioria.

Esse dia está por chegar e todos nós seremos julgados pela História, doa a quem doer, custe o que custar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

São decorridos 44 dias do encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Portanto, podíamos ter votado, durante esses 44 dias, o projeto de Constituição em cima daquelas questões que realmente interessam ao povo brasileiro; ver, através do voto e do debate nesta Casa, a explicitação de posições. No entanto, reiniciamos hoje, no ano de 1988, nesta primeira sessão, com 112 Constituintes na Casa, isto é, não temos 280 para votar a mudança do Regimento Interno.

Sr. Presidente, estamos também sabendo que algumas lideranças do Centrão dizem que a culpa deste atraso da mudança do Regimento Interno se deve à posição dos Partidos de esquerda, que não retiram os seus destaques. Ora, Sr. Presidente, parece uma fábula, parece que estamos aqui nos enganando, que estamos aqui a fazer um jogo, para esconder a verdade perante o povo brasileiro. Quem foi que iniciou a história de mudar o Regimento Interno? Quem iniciou o movimento, dizendo que tinha maioria e que essa maioria estava sendo menosprezada pela Comissão de Sistematização? Quem alardeou perante a opinião pública, através da imprensa, que havia 280 Constituintes para aprovar, e até se criou um dispositivo no Regimento Interno, para apresentar emendas com 280 assinaturas?

Pois bem, Sr. Presidente, quem disse isso, os que tomaram tal iniciativa são exatamente os responsáveis por esse atraso na votação do Projeto de Constituição. Há 44 dias não votamos o texto constitucional. Sabemos que, quando a Comissão de Sistematização tentava apressar os seus trabalhos, havia uma pressão muito grande para que eles fossem encerrados e o Projeto viesse a Plenário. Pois bem, o Projeto não chegou ainda ao Plenário, exatamente porque o Centrão iniciou essa proposta de mudança do Regimento Interno, e agora querem simplesmente que os Partidos que têm destaques sobre a mesa os retirem.

Não retiraremos esses destaques, porque refletem uma posição política que divide esta Casa entre aqueles que querem fazer uma Constituição, com base num Regimento democrático, e aqueles que querem fazer uma Constituição com base num Regimento antidemocrático. Esses destaques expressam essa diferença; esses destaques dividem campos e posições no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Neste momento, a responsabilidade por esse atraso é exatamente do Centrão, que iniciou este processo de mudanças no Regimento Interno, quando devíamos, aqui, estar votando as matérias substantivas do texto constitucional.

Hoje, esse mesmo Centrão, que quer fazer uma Constituição colocando 280 votos apenas nos dias que lhe interessa, não colocou, aqui, os 280 votos para aprovar ou rejeitar os destaques que

JANEIRO de 1988

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Terça-feira 5 6261

apresentamos à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Mantermos esses destaques e vamos, daqui para a frente, seja na aprovação ou não da mudança do Regimento Interno, seja no texto constitucional, explicitar as posições aqui dentro, deixar claro perante o povo brasileiro — este povo que está ansioso, decepcionado, frustado e desencantado — quem é quem nesta Assembléia Nacional Constituinte; quais os campos que dividem esta Assembléia; quem quer que essa Constituição represente um avanço, uma mudança, e quem quer, simplesmente, que a Constituição de 1988 seja uma cópia piorada da Constituição de 1967.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO.)
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs Constituintes:

Fomos eleitos para elaborar a sétima Constituição do nosso País, e é importante, neste momento, que cada cidadão eleito para esta tão importante missão esteja realmente condicionado das melhores virtudes, que possa se desvestir de qualquer paixão ou de qualquer espírito fúcio, a fim de que, juntos, possamos dotar o Brasil da Constituição que ele merece e que o povo espera.

Para tanto, é necessário que cada um de nós que agora chegamos a esta Casa, no alvorecer deste 1988, estejamos, condicionados da melhor virtude possível; porque muitos de nós ouvimos, por várias vezes, mensagens natalinas, que pelo menos nos trouxeram paz à alma e puderam propiciar boa vontade entre os homens, a quem Deus quer bem; e que haja, realmente, boa vontade entre todos nós, os Constituintes, para que possamos, no momento exato, compreender as múltiplas necessidades e problemas, e até as divergências existentes durante o processo constituinte; mas que todos possam colaborar, não com a paixão, não com o ódio ou o rancor, que jamais construíram e jamais darão estabilidade a um povo, que espera aqui estejam homens sensatos e de bem, aqueles que pensam no próximo e sabem legislar em favor dos seus semelhantes.

Para isso aqui estamos, como antes dissera, com uma mensagem que venha trazer alívio a nossa alma e o bom entendimento para a nossa mente, a fim de que possamos trazer, diante desse Projeto, algo que satisfaça, construa ou venha gerar estabilidade e segurança para a Nação brasileira. Preocupa-me — e todos nos devemos preocupar — o fato de que é necessário, para que alcancemos esse objetivo, um entendimento e, às vezes, uma retroatividade de cada Constituinte, porque, retroagindo, iremos adaptar-nos ao melhor caminho, a fim de que o Brasil de amanhã seja assegurado pelo presente Congresso, agora com uma finalidade de suma relevância: a de elaborar uma Constituição à altura do Brasil e de todas as características do povo brasileiro. O nosso povo tem uma etnia complexa, e daí resultam complexos problemas para serem dirimidos. Mas acredito que este Parlamento deve ser aquele que Aristóteles pregava — que o povo deve procurá-lo a fim de auferir conhecimentos e dirimir dúvidas. Assim, vamos dirimir as dúvidas existentes, com o propósito sadio da construção de um Brasil melhor, mais humano e mais digno, a partir

da Constituição que ele receberá de nossas mãos. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Antônio de Jesus, o Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ)
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Reúne-se esta Assembléia Nacional Constituinte, nesta primeira sessão do novo ano de 1988, sem ainda resolver a questão do seu Regimento Interno.

Comungo das angústias de todos os Constituintes que, desta tribuna, em todas as conversas, reuniões e entrevistas, puderam expressar que é profundamente lamentável que ainda neste começo de ano não possamos estar votando o texto da nova Constituição do País.

No dia 17 de novembro terminaram os trabalhos da Comissão de Sistematização; desde então, o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte já dispõe de um projeto completo para ser votado, modificado, corrigido, aperfeiçoado, emendado, enfim, para produzir o texto da nova Constituição. O País clama, reclama, e lamenta que, a esta altura, não haja um artigo, um preâmbulo sequer do texto da nova Constituição votado.

Sobre esse atraso pairam dúvidas, nítidas e claras responsabilidades; sobre esse atraso paira a angústia da Nação que vê, perplexa, a Assembléia Nacional Constituinte decair, gradativamente, dia após dia de impasse, no seu crédito, no seu prestígio, no seu reconhecimento perante a Nação brasileira.

Srs. Constituintes, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte esteve em recesso, para as festividades de fim de ano, um fato tenebroso, cruel, terrível, aconteceu por sobre um conjunto de trabalhadores brasileiros: o massacre de homens, mulheres e crianças, garimpeiros de Serra Pelada, em Marabá, no Estado do Pará.

Esta Assembléia Nacional Constituinte, sem dúvida alguma, ao se reunir em plenário pela primeira vez após esse acontecimento terrível, macabro mesmo, não pode deixar de expressar a sua angústia, a sua dor até por aqueles sofridos e massacrados trabalhadores, vitimados pela ação truculenta da Polícia Militar ordenada, declarada confessadamente pelo Governo do Estado do Pará. Lamentavelmente, o Governo Constitucional e eleito do Estado do Pará, e, mais lamentavelmente ainda, o Governo eleito sob a bandeira oposicionista do PMDB, que sempre, no Congresso Nacional, na oposição, foi um baluarte na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos direitos humanos, dos direitos da cidadania, agora é algoz dos trabalhadores, fere os direitos humanos, e a cidadania brasileira.

Quero comunicar ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte que estou entrando, neste momento, com um requerimento ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, para que seja convocada uma reunião imediata do Congresso Nacional, e seja instaurada uma Comissão Mista de Inquérito para apurar o envolvimento das autorizações constituidas, quer do Governo do Pará, quer da República, nesse massacre dos garimpeiros de Serra Pelada, no Estado do Pará.

As notícias da imprensa, a esta altura, já nos dão a ideia nítida e clara da responsabilidade do Governador do Pará e de sua Polícia Militar, da responsabilidade do Governo do PMDB, no Pará, por esse massacre, mas também nos aponta — como é o caso da edição do dia 2 próximo passado do **Jornal do Brasil** — a responsabilidade do Sr. Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard, por ter ordenado a evacuação da ponte, não tendo, mediante a sua ordem, a sua determinação, tomado as medidas e cautelas devidas para proteger as vidas humanas, naquela demonstração, sendo assim o responsável direto pelo massacre dos garimpeiros do Pará.

Requer, também, que essa Comissão seja investida dos poderes competentes para ouvir as autoridades, inclusive o Sr. Ministro da Justiça e o Sr. Governador do Estado do Pará; para as apontar as responsabilidades as instituições próprias para lá respondam por seus atos culposos, e apontem ao Congresso Nacional e a Nação brasileira os responsáveis; e que indiquem ao Congresso Nacional as medidas a serem tomadas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, no sentido de que essa violação grave e dramática aos direitos humanos, aos direitos do povo trabalhador deste País fique sem a devida apuração e punição; para que, em nome desses trabalhadores, o Congresso Nacional resgate o seu Prestígio, a sua posição nítida e clara, a sua missão endelével de guardião da soberania popular, dos direitos humanos e da cidadania deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ADROALDO STRECK (PDT — RS.)
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Recebi duas informações; a primeira de que já teria sido gasto ou jogado pela janela o equivalente a 12,6 milhões de dólares com a chamada Ferrovia Norte-Sul. A outra informação é a de que os gastos com essa Ferrovia já estariam em torno de 18,6 milhões de dólares.

Encaminho, através da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, requerimento de informação ao Sr. Ministro dos Transportes, através do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, solicitando, primeiro, a quanto montam os gastos feitos até esta data com o projeto da Ferrovia Norte-Sul, com especificação item por item. E, segundo, em que consistirão os gastos previstos para 1988, com a referida ferrovia.

Acho importante que se saiba, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, até que ponto irá essa brincadeira, porque em algumas regiões do País já não há mais trânsito para mercadorias, como no meu Estado, a chamada Estrada de Produção, por onde são escoadas 4 milhões de toneladas de grãos. Hoje essa estrada é intransitável e não tem um centavo de dotação orçamentária para uma estrada que impede o desenvolvimento da chamada Região/Celeiro do meu Estado. No entanto, já existe no Orçamento da União, para este ano, 8 bilhões de cruzados para uma ferrovia que não tem absolutamente nada para carregar, ao menos neste momento, para o transporte de mercadorias.